

A CRISE CLIMÁTICA E O COMPROMISSO COM AS GERAÇÕES DO PRESENTE E DO FUTURO

THE CLIMATE CRISIS AND THE COMMITMENT TO PRESENT AND FUTURE GENERATIONS

LA CRISIS CLIMÁTICA Y EL COMPROMISO CON LAS GENERACIONES PRESENTES Y FUTURAS

Irene Rizzini¹

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1154-7998>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3217839276420118>

Email: irizzini.pucrio.ciespi@gmail.com

Resumo: Neste texto analiso a questão da crise climática, com especial foco sobre as mudanças climáticas em curso e sua relação com os direitos da população infantil e juvenil. Parto da premissa de que muito se avançou no Brasil com a adoção do referencial de direitos humanos na legislação e nas políticas públicas, sobretudo a partir da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, porém permanece uma lacuna importante no que tange à efetivação do direito a viver em um planeta ecologicamente equilibrado e saudável. Discuto a importância de que crianças, adolescentes e jovens sejam incluídos nos debates e ações sobre as mudanças climáticas e a necessidade de se levar a sério a responsabilidade e o compromisso com as gerações do presente e do futuro.

Palavras-chave: População Infantil e Juvenil; Direitos; Crise Climática, Responsabilidade Ética.

DOI: 10.26512/ser_social.v28i58.59694

Abstract: In this article, I discuss the issue of the climate crisis with a special focus on ongoing climate change and its connections with the rights of children and youth. The analysis has as a starting point the fact that significant progress has been made in Brazil on children's rights with the adoption of a human rights framework in legislation and public policies, especially since the enactment of the Statute of the Child and Adolescent. However, a significant gap remains regarding the right to live on an ecologically balanced and healthy planet. One of the main arguments is the importance of including children and young people in debates and actions on climate change and the imperative to consider the commitment and the responsibility we adults have towards the present and future generations.

Key words: Child and youth Population; Rights; Climate Crisis; Ethical Responsibility.

Resumen: En este texto, analizo la cuestión de la crisis climática, con especial atención en los cambios climáticos en curso y su relación con los derechos de la infancia y la juventud. Parto de la premisa de que se ha avanzado mucho en Brasil con la adopción del marco de referencia de los derechos humanos en la legislación y las políticas públicas, sobre todo desde la promulgación del Estatuto de la Niñez y la Adolescencia, pero sigue existiendo una importante laguna en lo que respecta a la efectividad del derecho a vivir en un planeta ecológicamente equilibrado y saludable. Discuto la importancia de que los niños, adolescentes y jóvenes sean incluidos en los debates y acciones sobre el cambio climático, así como la necesidad de tomarse en serio la responsabilidad y el compromiso con las generaciones presentes y futuras.

Palabras clave: Población infantil y juvenil; Derechos; Crisis Climática; Responsabilidad Ética.

INTRODUÇÃO

¹Vivemos uma crise ambiental sem precedentes. A gravidade é tal que põe em risco a possibilidade de vida no planeta ainda neste século, caso não se contenham as principais causas. Reconhece-se que são os seres humanos os principais responsáveis pelos danos causados à biosfera e pelo aceleração da crise, sobretudo o aumento significativo da temperatura nos últimos anos². Cientistas, pesquisadores e ativistas ambientais vêm alertando sobre o problema e, ao mesmo tempo apresentando possíveis soluções para reverter o processo e mitigar alguns dos atuais impactos. As medidas a serem tomadas dependem de acordos políticos de difícil negociação, pois são contrárias às forças propulsoras do capitalismo, que alimentam a ganância e o consumismo desenfreado, desconsiderando-se a finitude dos recursos naturais do planeta.

A crise afeta a todos, mas não da mesma forma. Essa é uma discussão que vem se dando no âmbito da justiça climática. Interessa-nos aqui destacar os impactos sobre as vidas das populações mais jovens. Os dados são claros. Em 2021, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) publicou o Índice de Risco Climático Infantil (CCRI), índice que calcula a exposição e vulnerabilidade de crianças aos efeitos da crise climática, mostrando uma desconexão entre onde as emissões de gases de efeito estufa são geradas e onde crianças e adolescentes estão sofrendo os impactos climáticos mais significativos. Aproximadamente 1 bilhão de crianças e adolescentes, isto é, quase metade dos 2,2 bilhões de meninas e meninos do mundo, residem em um dos 33 países classificados como de “risco extremamente elevado”. Estes países emitem coletivamente apenas 9% das emissões globais de dióxido de carbono, também conhecido como gás carbônico (CO₂). Por outro lado, os dez países com as maiores emissões representam, em conjunto, quase 70% das emissões globais. De acordo com relatório da Fundação ABRINQ (2024, p.11), *Mudanças climáticas e seus impactos na sobrevivência infantil*, “Com um total de 163 posições, o Brasil está em 70º no ranking de risco climático para crianças, com uma pontuação de 7.3, empatado com o Irã”.

São, portanto, consequências graves e imediatas para as populações do presente, mas que irão afetar ainda mais profundamente as gerações futuras. No entanto, a relação entre a crise climática e o compromisso ético com estas gerações não tem sido uma questão priorizada. Como discutiremos, é muito recente o surgimento de discussões e de normativas sobre o direito da população infantil e juvenil a um meio ambiente saudável, e porque não dizer o direito à vida, já que as condições ambientais têm impacto direto sobre a saúde e o bem-estar deste grupo.

Para desenvolver esta reflexão, gostaria de me posicionar, expressando de onde parto e enunciando algumas fontes de inspiração das quais lancei mão. Há uma riqueza de abordagens provenientes de variadas fontes. Além das pesquisas que utilizam métodos e tecnologias avançadas para estudar com precisão os atuais impactos da crise ambiental, há um crescente contingente de informações produzidas por diversos grupos indígenas, povos originários e comunidades tradicionais, cujo conhecimento até pouco tempo foi negligenciado e subestimado. Seus registros sobre a tentativa

1 Gostaria de expressar minha gratidão a Carolina Terra, Mariana M. Neumann e Maria Cristina Bó pelas contribuições valiosas à elaboração deste texto.

2 O Sexto Relatório de Avaliação (AR6) do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) concluiu que os riscos climáticos estão aparecendo mais rápido e se tornarão mais graves mais cedo do que o esperado, e será mais difícil se adaptar ao aumento do aquecimento global (IPCC, 2022).

de apagamento de sua história e ancestralidade como parte dos processos de colonização sofridos constituem contribuições fundamentais no presente (KOPENAWA, 2010; BENSUSAN, 2019; KRENAK, 2020).

Gostaria de acrescentar dois autores que trago para minhas reflexões neste texto. São eles: Robin Wall Kimmerer, botânica de origem indígena, da nação Potawatomi e diretora do Centro para Povos Nativos e Meio Ambiente da Faculdade de Ciências Ambientais e Florestais da Universidade Estadual de Nova York. Suas ideias, criatividade e profundo conhecimento sobre as plantas me emocionam. Diálogo com suas colocações sobre o conceito de reciprocidade na interrelação dos seres humanos com todos elementos do mundo natural (KIMMERER, 2013, 2013a, 2024). O outro autor é o filósofo alemão Hans Jonas, que discute a responsabilidade ética que temos para com as gerações do presente e do futuro no sentido de protegê-las da catástrofe ambiental que já antecipava há muitas décadas atrás. Jonas defende a ideia de um imperativo moral que demanda cuidado e reflexão sobre as consequências da ênfase sobre a tecnologia no século 20 e das ações empreendidas nesta direção, responsabilizando as gerações presentes pelo futuro do planeta e da própria espécie (JONAS, 1985, 2006; OLIVEIRA, 2024).

Pode-se perguntar qual seria a relação de tudo isso com a população infantil e juvenil e seus direitos. A mais evidente talvez seja a de que são os mais jovens, de hoje e os que ainda estão por nascer, que herdarão as consequências da negligência e do negacionismo em relação à gravidade da crise ambiental, deixando-os desamparados frente a uma situação que não se sabe se poderá ser revertida.

Há um mito de que não se importam e que pouco podem contribuir. No entanto, eles estão presentes e vêm se expressando como podem por meio de demonstrações e várias formas de protesto- suas vozes ainda tímidas diante da dimensão e da urgência do problema. Em parte, porque suas vozes e demandas são desconsideradas e eles se deparam com muitas barreiras para que possam participar dos debates e das ações em defesa do meio ambiente.

Este ponto tem relação com a questão do direito à participação social da população infantil e juvenil. Há uma vasta literatura sobre o tema, assim como medidas para assegurar que existam condições para que participem, inclusive dos processos de discussão e deliberação de políticas públicas concernentes a suas vidas (RIZZINI, 2024). Entretanto, como aponte, há uma enorme lacuna no que tange à questão ambiental. Há alguns dispositivos e iniciativas nesse sentido, em curso, como discutirei na próxima parte do artigo. E é importante que se registre e se celebre isso. Reafirmo que são importantes e não devemos ignorá-los, mas são ainda pouco potentes para promover uma real mudança de mentalidade e de práticas, que se faz necessária.

Creio ser importante ponderar que somos nós, os adultos de hoje, que constituiremos ancestrais das gerações vindouras e que seu futuro depende de decisões e ações do presente. Assim, podemos ser bons ou maus ancestrais, como aponta Tanu Biswas (2023), dependendo do que se faz ou se deixa de fazer para mitigar os impactos da crise ambiental e priorizar medidas para preservação dos recursos do planeta. Trata-se de um imperativo, ou seja, vai muito além de um simples reconhecimento de que são questões graves e relevantes.

Em seguida, analiso dois tópicos que embasam as reflexões que gostaria de compartilhar neste texto. São eles: a) relação da criança com o mundo natural, e b) inclusão da população infantil e juvenil em debates e ações referentes a questões ambientais. Perpassa essa discussão um posicionamento sobre o compromisso e a responsabilidade ética que temos para com as gerações do presente e do futuro.

Relação da criança com o mundo natural

O primeiro ponto que gostaria de trazer para esta discussão é o reconhecimento de uma relação sensível e especial que as crianças têm com os todos os seres vivos que fazem parte da natureza e não apenas os humanos (TIRIBA, VOLLGER, PEREIRA, 2021; TIRIBA, 2023; PORTO, LACERDA, RIZZINI, 2023). A criança, sobretudo nos primeiros anos de vida, interage com espécies animais, vegetais, minerais e todas formas de vida de uma forma natural. Quem convive com crianças pequenas sabe que brincar, tocar, falar com animais, plantas e pedras, por exemplo, faz parte de seu universo.

A relação de proximidade e conexão com o mundo natural possibilita também processos de autodescoberta, além da criação de redes de relacionamento com outras crianças (NEUMANN, RIZZINI 2023). Mas a continuidade desta relação de intimidade com a natureza depende de vários fatores, sobretudo do incentivo dos adultos e da possibilidade de acesso a ela. Caso contrário, essa conexão com os diversos elementos da natureza vai desvanecendo com o tempo, quando a criança aprende que é distinta desses outros seres e lhes é ensinado que, como ser humano, seria superior a outras espécies. Trata-se de uma distorção que vem sendo discutida por representantes de povos originários e comunidades tradicionais, que buscam desconstruir a ideia de que o conhecimento científico, desenvolvido como parte dos processos de colonização, deve ter supremacia em relação aos demais saberes (BENSUSAN, 2019; KRENAK, 2020, KIMMERER, 2013).

Outra contribuição valiosa, que se refere, tanto à falta de acesso, como de conexão com a natureza, pode ser identificada na discussão de dois conceitos. O primeiro deles, traduzido como *transtorno de déficit de natureza* (nature-deficit disorder), revela distintas dimensões de desconexão com a natureza nas experiências cotidianas, incluindo a redução da literacia ecológica e dos tempos dispendidos em ambientes naturais (WARBER et al., 2015). O termo foi adotado pela primeira vez por Richard Louv (2005)³. Um outro conceito, que abarca a crescente perda de acesso aos ambientes de natureza é chamado de *extinção da experiência* (extinction of experience), e foi cunhado por Miles Richardson. O autor afirma que com o passar das gerações, os anseios e as memórias afetivas com a natureza deixam de ser uma questão estrutural, pois já não fazem mais parte do cotidiano, sobretudo, em ambientes urbanos. E Prediz que os níveis de conexão com a natureza vão continuar a declinar caso não se implementem políticas e mudanças na sociedade que introduzam as crianças à natureza desde pequenas e políticas radicais para tornas mais verdes os ambientes urbanos (RICHARDSON, 2025).

A criança, então, vai perdendo a capacidade de se comunicar com os diversos seres do mundo natural (nem todas, felizmente: há os poetas e os adultos que cultivam a criança dentro de si, como dizia Paulo Freire) (LACERDA, 2016; SILVA; SILVA, 2018). Gostaríamos de reafirmar que o amor à natureza e seus elementos é algo que não precisa ser perdido. A relação de intimidade com a natureza pode ser desenvolvida se há condições para isso, como a própria atitude dos adultos que fazem parte da vida de uma criança, de incentivar essa relação e de facilitar o acesso à natureza. Isso não é algo dado ou simples quando se vive em espaços crescentemente urbanizados, as chamadas 'selvas de pedra' ou quando se vive em condições de pobreza e em ambientes caracterizados pela devastação ambiental, causada pela falta de saneamento básico, do acúmulo de lixo entre outras causas.

3 No livro *Last Child in the Woods. Saving our children from nature-deficit disorder* (A última criança na floresta. Salvando nossas crianças do transtorno de déficit de natureza).

A conexão da criança com a natureza pode, portanto, ser nutrida e há inúmeros exemplos de experiências educacionais nesse sentido (COX, 2018; DE MELLO, FERNANDES, 2018; VELEMPINI, 2025). Essa conexão facilita o desenvolvimento da consciência de que somos parte integrante da natureza e que ela também precisa ser cuidada e protegida. Desde cedo, pode-se aprender que os recursos naturais do planeta são finitos; que estão se esgotando devido à ação humana e que é preciso priorizar medidas capazes de estancar esse processo. As mudanças climáticas que vêm afetando de diversas formas todos os continentes são um exemplo disso. Como discutiremos no próximo tópico, a população, sobretudo adolescente e jovem se importa e se preocupa com o que vem acontecendo, mas não sabe como pode participar das discussões e ações em defesa do meio ambiente. Voltaremos a esse ponto na discussão a seguir.

Inclusão da população infantil e juvenil em debates e ações referentes a questões ambientais

O principal argumento aqui pode ser descrito da seguinte forma: crianças, adolescentes e jovens permanecem à margem das discussões e ações em defesa do meio ambiente, como se nada tivessem a ver com o problema, ignorando o fato de que serão eles a herdar as consequências do agravamento da crise climática nas próximas décadas. Para fundamentar esta discussão, vamos retomar a reflexão sobre os direitos da população infantil e juvenil. Existem alguns dispositivos e iniciativas que mencionam a relação com o meio ambiente e com a natureza como um direito, entretanto como mostraremos, são vagos e pouco efetivos.

Tomemos como ponto de partida o Art. 225 da Constituição Federal do Brasil, segundo a qual:⁴ “Todos têm direito ao **meio ambiente ecologicamente equilibrado**, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”. A Constituição é de 1988 e lá já estava colocada com todas as letras uma direção que, se levada a sério, possivelmente se teria avançado mais nessa questão.

Algumas normativas recentes nos ajudam a visualizar a lacuna apontada sobre a relação entre os direitos de crianças e adolescentes e o meio ambiente. Somente nos últimos anos a preocupação com os desafios climáticos passou a ser introduzida nas leis e resoluções com foco sobre a população infantil e adolescente, embora de forma tímida.

Em 2016, no Art. 5º do Marco Legal da Primeira Infância (Lei Nº 13.257, de 8 de março), lê-se: “Constituem áreas prioritárias para as políticas públicas para a primeira infância a saúde, a alimentação e a nutrição, a educação infantil, a convivência familiar e comunitária, a assistência social à família da criança, a cultura, o brincar e o lazer, o espaço e o **meio ambiente**, bem como a proteção contra toda forma de violência e de pressão consumista, a prevenção de acidentes e a adoção de medidas que evitem a exposição precoce à comunicação mercadológica”.

Em 2024 (Lei nº 14.826, de 20 de março), que “Institui a parentalidade positiva e o direito ao brincar como estratégias intersetoriais de prevenção à violência contra crianças”, aponta dois outros aspectos no Art. 7º, assim expressos: **II - relacionar-se com a natureza; III - viver em seus territórios originários**. Parece-nos que são, ao menos, indícios de que se reconhece tais questões como direitos fundamentais da criança. Mas não podemos deixar de estranhar e nos espantar que em pleno século 21 ainda seja tão difícil reconhecê-los e que questões tão básicas à sobrevivência e ao bem-estar das crianças e de quaisquer seres vivos precisem ser incluídas em leis.

4 As palavras grifadas no texto destacam o conteúdo que se deseja ressaltar.

Dois outros documentos vão nesta mesma direção. São eles: a Recomendação do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) para a proteção integral a crianças e adolescentes em situação de riscos e desastres climáticos (2024) e o Comentário Geral nº 26 (CG26) sobre os direitos da criança e o meio ambiente, com enfoque especial nas mudanças climáticas (ONU, 2023), que apresenta orientações oficiais aos Estados sobre o que devem fazer para defender o direito de crianças e adolescentes a um ambiente limpo, saudável e sustentável.

Estas iniciativas evidenciam um esforço em pautar a questão ambiental como um direito de crianças e adolescentes e de priorizá-la na agenda política. São medidas importantes à medida em que chamam a atenção para um problema que precisa ser enfrentado e que afeta diretamente a população infantil e juvenil. São, no entanto, tardias e de pouco impacto transformador quando a crise já se encontra avançada, com consequências graves à saúde física e mental da população infantil e juvenil.

As mudanças climáticas podem impactar negativamente a educação e a saúde das crianças por meio da exposição a condições extremas de temperatura e precipitação. Acrescenta-se que a exposição às condições climáticas adversas pode afetar os rendimentos familiares, gerar maior insegurança alimentar entre outras consequências, como por exemplo, os deslocamentos forçados (UNICEF, 2023)⁵ (RANDELL; GRAY, 2019)

No que tange à saúde mental, a chamada ansiedade climática ou ecoansiedade, tem sido um tópico que vem ganhando destaque (FYFE-JOHNSON et al, 2021). A Organização Mundial da Saúde (OMS), através do Departamento de Meio Ambiente, Mudanças Climáticas e Saúde, alerta que as alterações climáticas representam sérios riscos à saúde mental, incluindo ansiedade climática, que se manifesta como uma angústia crônica com as consequências ambientais e para o futuro do planeta⁶. Há controvérsias em relação ao conceito, que parece ainda necessitar de uma definição clara (CLAYTON; KARAZSIA, 2020).

Considera-se, ainda que, embora as ameaças diretas e indiretas das mudanças climáticas à saúde física sejam amplamente discutidas, há menos atenção aos seus impactos psicológicos, especialmente entre jovens (BURKE; SANSON; VAN HOORN, 2018). Seja como for, não é difícil imaginar que a situação dramática que vivemos no presente, com evidências de desastres ambientais constantemente veiculados pela mídia, provoque uma gama de sentimentos como ansiedade, medo e insegurança, entre outros. Foi o que constatamos na pesquisa intitulada *Adolescentes, jovens e mudanças climáticas no Brasil* (RIZZINI, NEUMANN, COUTO, 2025), realizada pela equipe do CIESPI/PUC-Rio⁷, que servirá de base para a discussão a seguir.

5 Os desastres relacionados com o clima causaram 43,1 milhões de deslocamentos internos de crianças em 44 países durante um período de seis anos, ou aproximadamente 20 mil deslocamentos de crianças por dia (UNICEF, 2023).

6 OMS. Mudanças climáticas: fatos principais, 12 de outubro de 2023. Disponível em: <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/climate-change-and-health>, acesso em 15 de agosto de 2025.

7 A pesquisa teve origem no projeto denominado Jovens e mudanças climáticas no Brasil (aprovado pela Câmara de Ética em Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Protocolo 90-2024). A pesquisa foi parcialmente financiada pelo Instituto José Luiz Egydio Setúbal e Nova Institute for Health of People, Places and Planet. A equipe foi composta por: Irene Rizzini, Renata M. B. Couto, Maria Cristina Bó, Malcolm Bush, Carolina Terra e Mariana M. Neumann. O relatório de pesquisa, em português, inglês e espanhol, pode ser acessado em www.ciespi.org.br.

Adolescentes, jovens e mudanças climáticas no Brasil: o que pensam, sentem e fazem

A pesquisa teve como objetivo aprofundar o conhecimento sobre o tema, a partir das perspectivas de adolescentes e jovens⁸. Ela partiu da identificação de algumas lacunas identificadas na produção sobre o tema no Brasil e internacionalmente. Constatou-se a existência de um número reduzido de pesquisas cujo enfoque são crianças, adolescentes e/ou jovens abaixo dos 18 anos de idade (CHAWLA, 2020; FERNANDES, CORREIA, 2025; PEREIRA, FREIRE, 2021) e que abordem a multiplicidade das infâncias e juventudes a partir de experiências locais (LEE *et al.*, 2020; THOMAS *et al.*, 2022).

Nossa proposta foi ouvir, por meio de entrevistas presenciais o que pensam, sentem e fazem adolescentes e jovens, entre 12 e 18 anos. Queríamos entender como esses impactos se manifestam em seus bairros e comunidades e aprender com eles sobre possibilidades de engajamento e participação deste grupo em discussões e ações relativas às mudanças climáticas. Além da consciência sobre a relevância e urgência do problema, desejávamos contribuir para os debates em curso por ocasião da 30ª Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP30), sediada este ano no Brasil⁹.

Foram conduzidas 200 entrevistas semiestruturadas, com perguntas fechadas e abertas, em 10 cidades (20 entrevistas em cada), no período de setembro a dezembro de 2024¹⁰. Como critério de seleção, decidimos escolher algumas das maiores cidades nas cinco regiões do país. Foram elas: Belém, Brasília, Curitiba, Fortaleza, Goiânia, Manaus, Porto Alegre, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo.

Há alguns pontos a destacar na pesquisa como limitações presentes. Um orçamento reduzido que não nos permitia ir além do proposto e o desafio de realizar as entrevistas próximo ao final do ano, quando escolas e estudantes entram em processo de provas e finalização do ano letivo. Outro desafio era como incluir jovens de diferentes segmentos socioeconômicos e assegurar alguma diversidade referente a distribuição etária, sexo e cor e raça¹¹.

Assim, buscou-se abordar adolescentes e jovens em diferentes partes da cidade para maior abrangência geográfica. Como se tratava de uma amostra relativamente pequena, considerando a dimensão do país, e sem pretensão de representatividade estatística, optamos por dividir as 200 entrevistas equitativamente entre estudantes que frequentassem escolas públicas e escolas privadas. A lógica desta escolha foi que, em geral, a população de baixa renda se insere na educação pública e aqueles de ren-

8 Sobre a questão etária, a terminologia adotada (adolescentes e jovens) está alinhada às definições do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que considera adolescentes aqueles entre 12 e 18 anos de idade, e do Estatuto da Juventude, que considera jovens aqueles com idades compreendidas entre 15 e 29 anos. Este é um padrão internacional que costuma ser utilizado no Brasil.

9 A COP30 ocorrerá em novembro de 2025, intencionalmente na região amazônica brasileira, em Belém.

10 A única exceção foi a cidade de Porto Alegre, pois encontramos vários desafios para a realização de entrevistas, e uma das causas foi justamente o fato de que a cidade havia sofrido com fortes chuvas, que afetaram profundamente a população. O sofrimento estava bastante presente no período das entrevistas e só foi possível realizá-las no início de 2025.

11 Sexo e cor ou raça foram identificados a partir da autodeclaração dos entrevistados.

da média e alta tendem a frequentar escolas privadas. Um grupo de assistentes de pesquisa, responsáveis pela coleta de dados, foi orientado e acompanhado de forma sistemática durante todo o processo.

A pesquisa gerou uma riqueza de dados que muito acrescentam ao conhecimento existente e apontam algumas direções para promover o direito à participação da população infantil e juvenil nas ações referentes à crise climática. Discuto a seguir alguns pontos.

A questão das mudanças climáticas importa aos jovens

Perguntamos aos entrevistados se a questão das mudanças climáticas os preocupava. Mais de 90% disseram estar preocupados e apenas 3% não demonstraram nenhum tipo de preocupação. Ouvimos depoimentos contundentes sobre uma variedade de situações e impactos no ecossistema e nas pessoas, principalmente em relação ao futuro, como por exemplo:

“Me preocupa o futuro das pessoas aqui no mundo, porque talvez, assim, enquanto eu não estiver vivo aqui, um dia eu não vou mais estar aqui, mas ainda vai ter outras pessoas e eu quero deixar um bom lugar pra elas ficarem”.

As mudanças climáticas causam impactos negativos em suas vidas, de suas comunidades e para além delas

Vimos que os entrevistados compreendem que elas causam impactos negativos em suas vidas e comunidades. Deixaram claro que sentem ansiedade, medo e insegurança e mencionaram uma série de desastres ambientais que os atingem. Alguns jovens deram depoimentos pessoais que abordam questões sociais importantes, como a desatenção do poder público em relação às favelas, comunidades e/ou periferias:

“Eu acho que pra os jovens que têm mais condições de vida, que moram em um local melhor, um ambiente melhor, eles não são tão afetados, mas pra gente que mora nas comunidades, nas periferias, a gente vê essa realidade de perto, vê a falta de saneamento básico no nosso bairro, vê o descaso”.

A maior parte dos entrevistados mostrou um conhecimento limitado sobre mudanças climáticas

De modo geral, os jovens participantes mostraram um conhecimento limitado sobre o tema. Constatou-se que têm uma noção básica sobre as mudanças climáticas, mas existem muitas lacunas no que se refere à sua apreensão sobre a extensão atual do problema, e ao que lhes é ensinado sobre isso nas escolas.

Perguntamos se os entrevistados já tinham aprendido ou estavam aprendendo alguma coisa sobre mudanças climáticas na escola. A maioria disse que sim (71,5%). No entanto, um número significativo sinalizou não estar aprendendo nada sobre o tema atualmente (11%), ou disse nunca ter aprendido (15,5%). Alguns dos depoimentos expressam essa lacuna no conhecimento sobre o problema:

“Eu acho que a gente já aprendeu sobre isso, mas eu não lembro muito” e oito sinalizaram que o conteúdo é trabalhado de forma superficial na sua escola: “Eu já aprendi. Já foi citado pra gente, mas não é um tema que é muito presente”.

A grande maioria não tem conexão com qualquer iniciativa em curso sobre o assunto. Gostariam de fazer alguma coisa para contribuir, mas não sabem como

Perguntamos se os entrevistados participavam de alguma iniciativa (organização ou movimento social) que vem trabalhando para diminuir o impacto negativo das mudanças climáticas. O que ouvimos é preocupante. Apenas 3% responderam que sim. Podemos concluir que há uma enorme lacuna entre reconhecer o problema, desejar uma mudança e se conectar com outras pessoas ou organizações para promover uma transformação. Vários deles expressaram o desejo de participar, mas apontaram dificuldades, como desconhecimento sobre como contribuir e falta de acesso.

Os pontos destacados que nos chegaram pelas vozes destes jovens mostram que estão cientes de que vivemos uma grave crise. Vimos que se importam com as consequências e que se preocupam com o futuro, deles próprios, mas também de suas comunidades e para além delas. Fica claro, no entanto, que a grande maioria permanece excluída dos debates e das ações em curso sobre o problema.

Sabemos que há grupos fortemente engajados em movimentos sociais, coletivos jovens e iniciativas diversas, mas que constituem uma minoria. Estes jovens são admiráveis, porém precisam de apoio para expandirem seu alcance. Eles constituem os conectores entre as diferentes gerações. São os elos entre os mundos infantil, juvenil e adulto. Temos uma responsabilidade ética para com eles, com afirma Jonas, com as crianças de hoje e aquelas que estão por vir. Esta responsabilidade ética implica também no cuidado com a natureza e com nosso planeta, como vem ressaltando Leonardo Boff (2010). Finalizarei este texto com esta reflexão.

Compromisso e responsabilidade ética para com as gerações do presente e do futuro

Esperamos que não seja tarde demais. Apesar da gravidade da crise climática, cientistas vêm sinalizando que ainda há tempo para evitar piores catástrofes, mas que são necessárias medidas radicais de contenção das principais causas do problema, como por exemplo, a redução da temperatura da Terra. De acordo com o relatório da **United Nations Environment Programme** (2024), são necessárias reduções de 42% das emissões de gases de efeito estufa até 2030 e de 57% até 2035 para não ultrapassar o aquecimento da Terra em 1,5°C.

As medidas apontadas para mitigar o problema são factíveis, mas dependem do cumprimento de acordos assumidos na esfera política. É um risco considerável, pois algumas das atuais lideranças políticas se identificam com agendas conservadoras que se caracterizam por negacionismo e recusa em priorizar a pauta ambiental, como é o caso dos Estados Unidos. O cenário atual demanda ações internacionais coletivas e imediatas, ou gradativamente diversas regiões do planeta irão se tornar inabitáveis em poucas décadas.

Gostaria de argumentar que há algo mais a combater. Observamos que prepondera uma visão parcial e limitada relacionada a uma cisão entre conhecimento científico e outros saberes e outras sensibilidades.

O discurso predominante não apenas exclui grande parte da população, inclusive a infantil e juvenil, que assiste a uma iminente finitude da vida na Terra, ele também está circunscrito a uma racionalidade que ofusca outras dimensões da questão. Esta racionalidade permanece presa às tecnologias, como já indicava Hans Jonas no século passado, e aos dados científicos, ofuscando todas as outras dimensões da vida, ou seja, não se restringindo à vida humana. Além do compromisso da comunidade política, sem dúvida necessário, é preciso incluir na pauta de compromissos, a responsabilidade que temos em relação às gerações do presente e do futuro. Sabemos, por meio da integração entre o conhecimento científico e aquele advindo de outros reinos e espécies, que toda e qualquer existência depende da conjugação e da interrelação entre todas as vidas. Kimmerer não é a única a compartilhar essa sabedoria, mas ela o faz de forma contundente, pois viveu na pele as barreiras que teve que enfrentar como cientista, que compreendia a linguagem das plantas. Ela defende, “... um mundo com uma democracia das espécies, e não uma tirania entre elas – com responsabilidade moral para com a água e os lobos, e com um sistema jurídico que reconheça o posicionamento de outras espécies” (KIMMERER, 2013, p. 21)¹². E acrescenta: “As práticas extrativistas dos colonizadores precisam ser substituídas por reciprocidade e reabastecimento para que sobrevivamos” (2024, p.100)¹³.

Para finalizar, gostaria de compartilhar as seguintes mensagens que muito me inspiraram.

A adoção de abordagens e atitudes, entendidas como de conexão e de relação com a natureza, pode promover alterações significativas para a preservação do meio-ambiente. Isso não se insere na esfera do consumo ou consumismo, ao contrário, floresce na relação de reciprocidade com o mundo natural, em sua totalidade.

Tomo a liberdade de reproduzir as palavras de Nurit Bensusan, que assim se apresenta em seu livro *Do que é feito o encontro*: “... é uma ex-humana. Diante dos descabros da humanidade desistiu de nossa espécie, mas não da biologia”.

“É no território do conhecimento umbilicalmente ligado à natureza que acontece o nosso encontro. Em uma terra que é física, mas é mítica. Geográfica, mas sagrada. Histórica, mas prenhe de devires. Tradicional, mas inovadora. Sua e minha. Nossa. Aqui e agora. Sempre” (BENSUSAN, 2019, p. 143).

12 Tradução livre da autora. No original: world with a democracy of species, not a tyranny of one-with moral responsibility to water and wolves, and with a legal system that recognizes the standing of other species” (KIMMERER, 2013, p.21).

13 Tradução livre da autora. No original: “The extractive practices of the colonialists must be replaced with reciprocity and replenishing if anyone is to survive” (KIMMERER, 2024, p.100). A tradução se aproxima, mas não captura a mesma força de expressão utilizada por Kimmerer.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BENSUSAN, Nurit. *Do que é feito o encontro*. Brasília, DF: IEB Mil Folhas, 2019.
- BISWAS, Tanu. Becoming good ancestors: A decolonial, childist approach to global intergenerational sustainability. *Children & Society*, 2023. DOI: 10.1111/chso.12722.
- BOFF, Leonardo. *Cuidar da terra, proteger a vida: como evitar o fim do Mundo*. São Paulo, Editora Record, 2010.
- BURKE, Susie E. L; SANSON, Ann V; VAN HOORN, Judith. The Psychological Effects of Climate Change on Children. *Curr Psychiatry Rep*, v. 20, n. 35, 2018. <https://doi.org/10.1007/s11920-018-0896-9>. PMID: 29637319.
- CHAWLA, Louise. Childhood nature connection and constructive hope: A review of research on connecting with nature and coping with environmental loss. *People and Nature*, v. 2, p. 619-642, 2020. <https://doi.org/10.1002/pan3.10128>.
- CLAYTON, S.; KARAZSIA, B.T. Development and validation of a measure of climate change anxiety. *Journal of Environmental Psychology*, v. 69, 2020. 101434, ISSN 0272-4944. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jenvp.2020.101434>.
- CONANDA (Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente). Recomendação para a proteção integral a crianças e adolescentes em situação de riscos e desastres climáticos. Brasília, DF, 2024. Disponível em <https://www.gov.br/participamaisbrasil/blob/baixar/51492>). Acesso em 10 de agosto de 2025.
- COX, James. Environmental communication pedagogy and practice. *Environmental Education Research*, 24(8), 1224–1227, 2018. <https://doi.org/10.1080/13504622.2018.1434870>
- DE MELLO, Pitt; FERNANDES, Rebeca. Bibliographic review of articles on pedagogical practice of environmental education in schools. *Terræ Didática* 14, no. 3, 304-312, 2018.
- FERNANDES, Aline F. R. *Os direitos das crianças e dos adolescentes na pauta climática: guia para a cobertura jornalística*. Brasília, DF: Andi, 2025.
- FERNANDES, Carlos, J. S.; CORREIA, José, L. S. Percepções de crianças e jovens de escolas públicas alagoanas sobre a construção de um mundo sustentável. *Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA)*, v. 20, n. 1, p. 28-42, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.34024/revbea.2025.v20.18942>.
- FUNDAÇÃO ABRINQ. *Mudanças climáticas e seus impactos na sobrevivência infantil*, 2024. [Mudancas-climaticas-e-seus-impactos-na-sobrevivencia-infantil.pdf](#)
- FYFE-JOHNSON, Aamber *et al.* Nature and children's health: A systematic review. *Pediatrics*, 148(4), 2021. <https://doi.org/10.1542/peds.2020-049155>
- IPCC. Climate Change 2022: Impacts, Adaptation, and Vulnerability. Contribution of Working Group II to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change [H.-O. Pörtner, D.C. Roberts, M. Tignor, E.S. Poloczanska, K.

Mintenbeck, A. Alegría, M. Craig, S. Langsdorf, S. Löschke, V. Möller, A. Okem, B. Rama (eds.)), 2022. Cambridge University Press. Cambridge University Press, Cambridge, UK and New York, NY, USA, 3056 pp., doi:10.1017/9781009325844.

JONAS, Hans. *O princípio responsabilidade*: ensaio de uma ética para a civilização tecnológica. Rio de Janeiro; Editora PUC-Rio/Contraponto, 2006.

JONAS, Hans. *The Imperative of Responsibility*: In Search of an Ethics for the Technological Age. University of Chicago Press, 1985.

KIMMERER, Robin Wall. *The democracy of species*. Penguin Books. Green ideas, 2013.

KIMMERER, Robin Wall. *Braiding sweetgrass*. Indigenous wisdom, scientific knowledge and the teachings of plants. Milkweed Editions, 2013a ISBN 978-157131-335-5.

KIMMERER, Robin Wall. *The serviceberry*. Abundance and reciprocity in the natural world. Scribner, 2024. ISBN 978-1-6680-72224-0.

KOPENAWA, Davi. *A queda do céu*. Palavras de um xamã yanomami. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

LACERDA, Nathercia. *A casa e o mundo lá fora*: cartas de Paulo Freire para Nathercinha. Rio de Janeiro: ZIT, 2016.

LEE, Katharine *et al.* Youth perceptions of climate change: A narrative synthesis. *Wiley Interdisciplinary Reviews: Climate Change*, v. 11, n. 3, e641, 2020. DOI: 10.1002/wcc.64.

LOUV, Richard. *Last child in the woods. Saving our children from nature-deficit disorder*. US: Atlantic Books, 2005.

LOUV, Richard. *What is nature-deficit disorder?*, 2019. Disponível em: www.childrenandnature.org/resources/what-is-nature-deficit-disorder/. Acesso em 5 de agosto de 2025.

NEUMANN, Mariana M. RIZZINI, Irene. Decolonialidade e Infância: herança colonial e conexão das crianças com a natureza. In: Irene Rizzini, Ricardo F. Corona, Tara M Collins, Sukanya Krishnamurthy e Mariana M. Neumann (ORGS). Revista O Social em Questão. Rio de Janeiro: Revista *O Social em Questão*: Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC-Rio. Perspectivas internacionais sobre decolonialidade e direitos da criança, Nº 56, maio 2023.

OLIVEIRA, Jelson. Hans Jonas, um filósofo do nosso tempo. *Estudos Avançados*, 38 (112), 2024. DOI: 10.1590/s0103-4014.202438112.017

ONU. Comentário Geral nº 26 (CG26). Direitos da criança e o meio ambiente, com enfoque especial nas mudanças climáticas, 22 de agosto de 2023.

PEREIRA, T.; FREIRE, T. Positive youth development in the context of climate change: A systematic review. *Front Psychol*, v. 12, 786119, 2021. DOI: 10.3389/fpsyg.2021.786119.

PORTO, Cristina L.; LACERDA, Nathercia; RIZZINI, Irene. *Dialogando com as crianças*: Olhar sensível e escuta atenta. Rio de Janeiro, CIESPI/PUC-Rio, 2023. ISBN: 978-65-87410-15-9.

RANDELL, Heather; GRAY, Clark. Climate change and educational attainment in the global tropics. *Proceedings of the National Academy of Sciences* 116, no. 18: 8840-8845, 2019.

RICHARDSON, Miles. Modelling nature connectedness within environmental systems: Human-nature relationships from 1800 to 2020 and beyond. *Earth* 6, no. 3, 2025: 82.

RIZZINI, Irene. Para além do adultocentrismo: atuação intergeracional em defesa dos direitos de crianças e adolescentes. *Sociedad & Infancia*, (2), 239-263. DOI: <https://dx.doi.org/10.5209/soci.97511>

RIZZINI, Irene; COUTO, Renata M. B.; NEUMANN, Mariana M. *Adolescentes, jovens e mudanças climáticas no Brasil*. Rio de Janeiro: CIESPI/PUC-Rio, 2025.

RIZZINI, Irene; NEUMANN, Mariana M. Young People's Perspectives on Climate Change in Urban Brazil. *Challenges* 2025, 16, 35. <https://doi.org/10.3390/challe16030035>

SILVA, Adelson F.; SILVA, Elenice B. T. Cartas de Paulo Freire a uma criança e os princípios de uma pedagogia da infância. *Educação em Debate*, Fortaleza, ano 40, nº 76- maio/ago. 2018.

TIRIBA, Lea, V; VOLLGER, Amanda; PEREIRA, Jéssica E. Buscando inspiração entre povos indígenas brasileiros para educar as crianças em conexão com a Terra. *Remea. Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental* – FURG. V.38, n.3, p. 98-116, set/dez 2021.

TIRIBA, Lea, V.; PROFICE, Christiana C. Desemparedar infâncias: contracolonialidades para reencontrar a vida. In Irene Rizzini, Ricardo F. Corona, Tara M Collins, Sukanya Krishnamurthy e Mariana M. Neumann (ORGS) *et al.* (ORGS). *Revista O Social em Questão*. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC-Rio. Perspectivas internacionais sobre decolonialidade e direitos da criança, Nº 56, maio 2023. DOI :[10.17771/PUCRio.OSQ.62303](https://doi.org/10.17771/PUCRio.OSQ.62303)

THOMAS, I.; MARTIN, A.; WICKER, A.; BENOIT, L. Understanding youths' concerns about climate change: a binational qualitative study of ecological burden and resilience. *Child and Adolescent Psychiatry and Mental Health*, v. 16, n. 1, 110, 2022. DOI: [10.1186/s13034-022-00551-1](https://doi.org/10.1186/s13034-022-00551-1).

UNICEF (United Nations Children's Fund). *Children displaced in a changing climate: Preparing for a future already underway*, 2023. Disponível em: [https://www.unicef.org/media/145951/file/Climate%20displacement%20report%20\(English\).pdf](https://www.unicef.org/media/145951/file/Climate%20displacement%20report%20(English).pdf). Acesso em: 4 setembro de 2025.

UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME. *Emissions Gap Report 2024: No more hot air ... please!* With a massive gap between rhetoric and reality, countries draft new climate commitments, 2024. <https://wedocs.unep.org/20.500.11822/46443>.

WARBER, Sara; DEHUDY, Ashley; BIALKO, Mathew *et al.* Addressing “nature-deficit disorder”: A mixed methods pilot study of young adults attending a wilderness camp. *Evid Based Complement Alternat Med*. 2015. <https://doi.org/10.1155/2015/651827>.

VELEMPINI, Kgosietsile. Assessing the role of environmental education practices Towards the attainment of the 2030 Sustainable Development Goals” *Sustainability* 17, no. 5: 2043, 2025. <https://doi.org/10.3390/su17052043>

Notas finais

1 Mini currículo: Professora do Departamento de Serviço Social da PUC – Rio e Diretora do Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância (CIESPI/PUC-Rio).

SER
Social